

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00024/2021

O MUNICÍPIO DE IBIARA, pessoa jurídica de direito público interno, por meio do Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio designado, pela Portaria Administrativa nº. 01/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna público que, na data, horário e local abaixo assinalados, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL de nº. 00024/2021 que tem como objeto a contratação de mão de obra (oficina mecânica) para conserto de veículos em geral, oficina mecânica, aos veículos pertencentes ao município, aos locados ou a disposição do município de Ibiara - PB, em conformidade com a solicitação da Secretaria de Administração e com as disposições deste Edital e respectivos Anexos.

REGÊNCIA E REGIME

Regência:	Leis nº.s 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
Modalidade:	Pregão presencial.
Tipo de Licitação:	Menor preço por item.
Regime de Execução:	Indireta.
Critério de Julgamento:	Menor preço por item.
Repartição solicitante:	Secretaria de Administração.
Prazo de Validade da Proposta:	60 dias, contados a partir da data da abertura dos Invólucros.

- **Horário para Credenciamento:** até às 13:30 do dia 03/08/2021.
- **Horário para Abertura dos envelopes:** a partir das 13:30 do dia 03/08/2021.
- **O pregoeiro poderá prorrogar a sessão por mais quinze minutos, ficando a seu critérios.**

1. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de mão de obra (oficina mecânica) para conserto de veículos em geral, aos veículos pertencentes ao município, aos locados ou a disposição do município de Ibiara - PB, conforme quantidades e especificações no anexo I do edital:

1.2. Atendendo solicitação da Secretaria de Administração para atender as necessidades deste município.

1.3. O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com as especificações acima e terá como Órgão Gestor a Secretaria de Administração.

1.4. Os serviços de oficina mecânica, a contratada deverá prestar os serviços de imediato, ou dentro do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação. A contratada deverá prestar os serviços na sede do município da Contratante ou se encarregar de transportar o veículo para prestar os serviços em seu estabelecimento e devolve-lo no termino.

1.5. A Dotação Orçamentária para fazer face ao objeto desta licitação correrá a conta do Orçamento vigente, a saber:

02.000 – 04.122,1002.2003; 03.000 – 04.122.1003. 2005; 04.000 – 04.123.1006.2008; 05.000 – 15.452.1007.2011; 06.000 – 12.361.1010.2021, 12.361.1010.2023; 07.001 – 10.301.1011.2031, 10.301.1011.2041, 08.001 – 08.244.1012.2049; 09.000 – 20.606.1014.2060; 10.000 – 13.392.1015.1054 - 3.3.90.30.

2. PRAZOS E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. O prazo máximo para entrega dos serviços, após solicitação, será de até 48 (quarenta e oito) horas, sem custos adicionais, conforme a descrição da Proposta de preços da licitante, a ser entregue na sede do município solicitada deste município a partir da assinatura da “Ordem de Serviços” expedida pelo Prefeito Municipal ou Secretario competente.

2.1.1. Fornecer os serviços de boa qualidade, especificação contida na proposta de preços apresentada, inclusive com garantia (quando for o caso).

2.1.2. A licitante que não entregar os serviços no prazo fixado do item 2.1 podendo ser prorrogado o prazo por igual período mediante, e não sendo feito a entrega, ou sem justificativa convincente a Contratante, após a segunda ordem de serviços, a empresa contratada será punida mediante suspensão de participar de licitação, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

2.1.3. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento dos serviços.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que:

- a) - se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- b) - tenham sido decretadas as suas falências;
- c) - estejam cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ibiara ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio e sejam controladoras,

coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme item 2.1 deste edital;

d) - empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3.2. Poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão; atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação, requeridas neste Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº. 06 de 02 de março de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 8.2.3 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.4.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.4.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3,

será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Declaração de Micro empresa assinada pelo titular da empresa e contador.

4.5. Os privilégios concedidos pela Lei Complementar n 123/2006 e Lei Complementar nº 0147/2014, serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

5.1.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou providências e de impugnar este Edital aquele que não o fizer dentro do prazo estabelecido no item 5.1.

5.1.2. Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.1.4. Poderá a impugnação ser apresentada pelos meio usuais como: correios e email (cplibiara@hotmail.com).

5.2. ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.2.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no preâmbulo deste Edital, suas cláusulas e Anexos.

6. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO/ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. CREDENCIAMENTO

6.1.1. As licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto o Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, da seguinte forma:

6.1.2. **Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou Administrador** de empresa licitante, apresentar **cópia do respectivo estatuto, contrato social ou requerimento empresarial**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, registrado no órgão competente.

- cópia de RG e CPF do(s) Sócio(s);
- CNPJ (com data de emissão deste ano);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;
- Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- Declaração de Elaboração independente de Proposta;
- Declaração de Microempresa (quando for o caso).

6.1.3. **Tratando-se de procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, esta com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para representar a outorgada em licitações públicas, podendo para tanto formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a certames públicos, acompanhada **cópia do respectivo estatuto, contrato social ou requerimento empresarial**.

- Cópia de RG e CPF do outorgante e outorgado;
- Carta de Credenciamento;
- CNPJ (com data de emissão deste ano);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;
- Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- Declaração de Elaboração independente de Proposta, Declaração de Microempresa (quando for o caso);

6.1.4. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.1.5. Será admitido apenas um representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciamento, salvo quando a mesma pessoa apresentar proposta para itens diversos do objeto ou da procuração do representante ausência de poderes para interferir nos preços das propostas.

6.1.6. A ausência do Credenciado ou a sua parcialidade, não impedirá a participação da licitante por ele representada. No entanto, a licitante não poderá expressar suas interposições orais, ofertar valores à fase de lances verbais e interposição de recursos.

6.1.7. Os interessados ou seus representantes poderão apresentar a **DECLARAÇÃO QUE DESEGUINE O CREDENCIADO e a DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, de acordo com esse modelo ou se modelo próprio:

DECLARAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº. 00024/2021.

A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº., CPF nº., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII, do Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** estabelecidos no instrumento convocatório.

.....
Local e data

.....
Representante legal

Obs.: Esta Declaração deverá ser impressa em papel timbrado da licitante e entregue em mãos o Pregoeiro no ato do credenciamento.

6.1.8. As empresas que não se fizerem, representar deverão enviar a referida declaração, em envelope separado, devidamente assinado pelo sócio ou procurador da empresa, observando as situações descritas abaixo:

a) - tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou requerimento de empresário, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura. A ausência das ou alguma declaração, não impedirá sua participação, deixará de ofertar lanches.

b) Havendo dúvidas na fase do CREDENCIAMENTO a reunião poderá ser suspensa para análise e publicada em nova data da mesma forma do aviso para prosseguir com o certame, sendo recebidos os envelopes e ficando sobre a guarda do Pregoeiro e equipe de apoio.

6.2. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação, em invólucros separados, destinados a Prefeitura de Ibiara, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter as seguintes informações em sua face externa:

ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00024/2021.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ.....

ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00024/2021.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ.....

6.2.1. A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ:

- a) - ser elaborada em papel timbrado da empresa, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, na falta de qualquer um desses critérios não desclassificará a licitante;
- b) - indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, endereço eletrônico, local e data.
- c) - ter validade de 60 (*sessenta*) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes, sendo desclassificada aquela que não respeitar esse prazo ou não estiver expresso;
- d) - o prazo para a entrega dos serviços deverá ser a partir do recebimento da Ordem de Serviços, expedida pelo Prefeito Municipal ou Secretario competente, conforme o *Item 2.1 e subitens*, deste edital.
- e) - apresentar COTAÇÃO DOS PREÇOS, tendo como modelo o *Anexo I ("Especificações e Cotação de Preços")*, onde constarão: número do item, especificação, unidade, quantidade, valor unitário do item, valor total de cada item;
- f) - ser cotada obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com fixação do prazo de Validade da Proposta (no mínimo de 60 dias);
- g) - Declarar expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
- h) - conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- i) - declarar expressamente que aceita todas as exigências do Edital e de seus Anexos.
- j) - todos os itens deverão conter a descrição dos serviços, caso contrário será desclassificada a proposta que não expressar desta forma.
- l) quando da omissão de alguma dessas exigências, a licitante terá que aceitar as condições expressas neste edital.

6.2.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.2.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

- 6.2.4. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.
- 6.3. Ocorrendo discrepância entre preços unitários e parciais ou entre parciais e subtotais ou, ainda, entre estes e o total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos;
- 6.4. Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta comercial para esta licitação. E caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará todas as suas propostas desclassificadas para todos os efeitos;
- 6.5. O preço ofertado na proposta ou em cada lance, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, seja para mais ou para menos;
- 6.6. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
- 6.6.1. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim.
- 6.6.2. A falta do CNPJ, e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".
- 6.7. A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas.
- 6.8 – Em erros de digitação como, valor por extenso e algarismo será considerado este. Se a proposta apresentar erros de soma/multiplicação e divergência na quantidade, serão consideradas a planilha do mapa de lances verbais.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.1.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope "A" – "Proposta" - estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 7.2.1. No tocante aos preços das propostas, serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 7.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) - seleção da proposta de menor preço por item e as demais com preços até **10% (dez por cento)** inferior àquela, podendo o Pregoeiro desconsiderar;
- b) - não havendo pelo menos *03 (três) preços* na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de *03 (três) ou mais a critério do Pregoeiro*. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.4. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de menor preço por item e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços, sem quantidade de lances.
- 7.4.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por item, observada a redução mínima entre os lances determinados pelo Pregoeiro, aplicável inclusive em relação ao primeiro.
- 7.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.7. Serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.8. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.9. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do *menor preço por item*, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.9.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, nos termos de pesquisa realizada pela Administração, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento (termo de referência).
- 7.10. Considerada aceitável a oferta de *menor preço por item*, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.10.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) - substituição e apresentação de documentos obtidos via Internet; ou
- b) - verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.11.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.11.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não

sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço por item, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

7.14. Logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma, ficando a critério do Pregoeiro:

7.14.1. A Administração declarará que ocorreu o empate descrito acima e desde já convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de referência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

7.14.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar às licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

7.14.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital, e ainda, fica obrigada a apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis uma nova proposta contendo demonstrativo com o valor do último lance ofertado;

7.14.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

7.14.5. Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Após o encerramento da fase de lances verbais com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à abertura do *envelope B*, para análise dos documentos de habilitação da proponente classificada.

8.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos *subitens 8.2.1 a 8.2.3*, desde que atendidos os requisitos especificados nas *OBSERVAÇÕES 1 a 8* deste item.

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1.1. Registro comercial, cópia do respectivo estatuto, contrato social ou Requerimento de Empresário acompanhado de sua última alteração e RG e CPF do dirigente; ou

8.2.1.2. Ato constitutivo ou contrato consolidado, devidamente registrado, e última alteração acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

8.2.1.4. *Os documentos relacionados nos subitens "8.2.1.1" a "8.2.1.2" do item 8.2.1 não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, devendo estar registrados no órgão competente e que sejam autenticados.*

8.2.1.5. Declarações conforme abaixo:

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Referência: Pregão Presencial nº. 00024/2021.

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº.
..... sediada na,
declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
Local e data

.....
(Nome e assinatura do Declarante)

RG nº.....
(número da cédula de identidade do Declarante).

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

Referência: Pregão Presencial nº. 00024/2021.

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº.
....., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor

(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (.....).
Ibiara, de de 2021.

.....
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Obs.: Estas Declarações deverão ser impressas em papel timbrado da licitante e entregue no envelope "B" documentação, pois fazem parte dos referidos documentos de habilitação.

OBS: a licitante poderá fazer suas declarações em outro modelo a qual expresse os objetivos destas.

8.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.2.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data de sua emissão ou certidão/declaração de demonstração de viabilidade econômica para possível contratação futura, caso encontre-se em processo de recuperação judicial, desde que atenda os princípios da Lei nº 11.101/05.

8.2.2.2. Alvará de Localização de Funcionamento.

8.2.3. REGULARIDADE FISCAL

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ com data de emissão deste ano).

8.2.3.2. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

8.2.3.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

8.2.3.4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

8.2.3.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante.

8.2.3.6. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio sede da Licitante.

8.2.3.7. Ficha de Inscrição do Contribuinte – se houver.

8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1) - **Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a licitante forneceu ou esteja fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação;
- 2) *O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.*
- 3) - A documentação exigida nos subitens do *item 8* deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.) com filiais.
- 4) - A aceitação dos documentos obtidos *via "Internet"* ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade também por esse meio, pelo *Pregoeiro*.
- 5) - Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 30 (*TRINTA*) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- 6) - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta, para a qual deve ser observado o disposto no *subitem 6.2.1*.
- 6.1) - Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.
- 7) - Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no item 8 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, **serem substituídos por protocolos** que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.
- 8) - A fim de facilitar a conferência dos documentos exigidos para a Habilitação, pede-se que os mesmos sejam colocados no envelope "Documentos de Habilitação", na ordem em que foram exigidos no Item 8.
- 9) Os documentos acima mencionados serão apresentados na seqüência acima indicada, em original ou por cópia autenticada em cartório. O pregoeiro e a equipe de apoio só autenticarão documentos em até 15 (quinze minutos), anterior à abertura dos envelopes e credenciamento.
- 10) **Para os documentos que não constar a data de validade será considerada validos por 30 (trinta) dias.**

9. ADJUDICAÇÃO

9.1. Verificando o atendimento das condições de habilitação da proponente de *menor preço por item* esta será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

9.1.1. Se a proponente de menor preço por item não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes das ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as

exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita à adjudicação do objeto da licitação.

10. FASE RECURSAL

10.1. Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões e de igual prazo para as contra-razões, com imediata intimação de todas as presentes e assegurada também imediata vista dos autos.

10.1.1. A petição de recurso poderá ser feita na própria sessão, mediante consignação em ata.

10.1.2. A falta de manifestação, nos termos do *subitem 10.1*, importará na decadência do direito de recurso.

10.2. Os recursos não terão efeito suspensivo.

10.2.1. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Os recursos deverão ser dirigidos ao pregoeiro e protocolizados nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min a Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro - Ibiara - PB, observando o prazo previsto no Inciso XVIII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/2002 ou pelos meios usuais como: correios, email (cplibiara@hotmail.com).

10.4. Os recursos deverão ser instruídos com cópia do Contrato Social, com Mandato Procuratório, autenticados em Cartório, por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da Lei, para representar a empresa recorrente com a devida qualificação de seu representante legal.

11. HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. HOMOLOGAÇÃO

11.1.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida ao Ordenador de despesas para homologação.

11.2. CONTRATAÇÃO

11.2.1. Por resultar em obrigações futuras, a contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

11.2.1.1. Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os

documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. A adjudicatária deverá, no prazo de até contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

12. RECEBIMENTO

12.1. O objeto desta licitação será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/1994 e seguintes, e demais normas pertinentes.

12.2. Os veículos deverão ser entregues, na Prefeitura Municipal de Ibiara, situado na Rua Antonio Ramalho Diniz, 26, Centro, Ibiara - PB, através da "Ordem de Serviços".

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento do preço pactuado será de forma parcelada, de acordo com a realização dos serviços, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, deverão ser pagas até o 30 (trigésimo) dia do mês seguinte.

13.1.1. Os preços contratados não poderão ser revistos.

14. DA RETIRADA DA ORDEM DE SERVIÇOS

14.1. Após empenho, será convocada a vencedora da licitação para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação, retirar a "Ordem de Serviços", sob pena de decair o seu direito, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 16 deste Edital.

15. FORNECIMENTO

15.1. O fornecimento dos serviços serão efetuados mediante expedição, da "Ordem de Serviços", da qual constarão a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do contrato, do pregão, do processo, a identificação da Contratada, as especificações dos itens, quantidade, data, preços unitários e totais;

15.1.1. A Ordem de Serviços será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive por meios eletrônico.

15.2. Dentro do prazo de validade da proposta, a licitante vencedora, fica obrigada a fornecer os serviços ofertados, nas quantidades indicadas pela Secretaria de Administração e na "Ordem de Serviços".

15.3. O município não está obrigado a adquirir as quantidades contidas no edital, mas sim de acordo com as suas necessidades.

15.3. A licitante que não entregar os serviços por duas ordem de serviço consecutivos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será rescindido o contrato automaticamente e será divulgado na imprensa oficial como empresa inidônea, como a suspensão do direito de participar de Licitação da Prefeitura de Ibiara.

16. PENALIDADES

16.1. Pela recusa em aceitar dos serviços ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

16.2. A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

16.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa vencedora, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

a) - multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento dos serviços realizado com atraso, até o décimo dia corrido; após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "b".

b) - multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da inadimplência referente ao(s) item(ns) constante da Ordem de Serviços, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

c) - cancelamento da contratação e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Ibiara, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de, no mínimo, uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.

16.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa ganhadora da Licitação, ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

16.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exige a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Ibiara.

16.6. Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela licitante, esta poderá sofrer quaisquer das penalidades adiante previstas:

I - suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

16.7. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para

execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ibiara pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min a Rua Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara - PB, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº. 8.666/1993, e suas alterações, ou por qualquer meios usuais como: correios, email (cplibiara@hotmail.com).
- 17.1.1. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória do CNPJ, (por documento original ou cópia autenticada).
- 17.2. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.
- 17.2.1. Questões Técnicas e Jurídicas deverão ser formuladas por escrito e dirigidas o pregoeiro devendo ser protocolizadas nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min na Rua Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara – PB ou por meios usuais como: correios, email (cplibiara@hotmail.com).
- 17.2.2. Questões Diversas poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio através do telefax 0XX (83) 3454-1035, no horário 08h00min às 12h00min, no seguinte endereço: Rua Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara – PB ou por meios usuais como: correios, email (cplibiara@hotmail.com).
- 17.2.3. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.
- 17.3. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de CONCEIÇÃO, observadas as disposições do § 6º do artigo 32 da Lei Federal nº. 8.666/1993.
- 17.4. Fica assegurado ao Município de Ibiara o direito de no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 17.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Ibiara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.6. As proponentes são responsáveis pela infidelidade e ilegitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17.8. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

17.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Ibiara.

17.11. Não será enviado Edital por meio eletrônico, o município disponibiliza nos endereços: www.ibiara.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

17.12. As condições de emissão de documentos de cobrança, pagamento, reajustes, garantia de execução, penalidades, obrigações, responsabilidades e outras, são as estabelecidas neste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações.

17.13. Constituem motivos para a rescisão às situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

18. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 – A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

18.2 – Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços, pela secretaria compatível.

18.3 – Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência com o fornecimento dos serviços, qualidade e garantia, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

18.04 – O município não está obrigado a adquirir as quantidades mencionadas no anexo deste edital, e sim de acordo com suas necessidades.

19. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que aceitando-a sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese na qual tal interposição não terá efeito de recurso.

19.2 – A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do serviço objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento no ato do recebimento dos serviços e sua garantia.

19.3 - Fornecer os serviços de boa qualidade, dentro das normas de controle dos órgãos competentes no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas na sede do município ou no seu estabelecimento quando for o caso, sem nenhuma despesa

adicional, ficando ressalvado o direito da Prefeitura Municipal requerer a qualquer momento da Contratada a realização de testes para comprovação de que não houve adulteração dos serviços.

19.4- O licitante que não fornecer os serviços no prazo solicitado de até 48 (quarenta e oito) horas, quando ocorrerem 02 (dois) pedidos consecutivos e não cumpridos ou apresente justificativa convincente, será automaticamente rescindido o contrato e publicado na imprensa oficial como empresa inidônea. *Conforme item 2.0 e seus subitens.*

19.5 – A empresa contratada se responsabilizará pelos danos causados a sociedade, caso aconteça, pelo consumo dos seus produtos, respondendo civil e criminal.

18. CADERNO DE LICITAÇÃO

18.1. Fazem parte integrante do presente Edital:

18.1.1. Anexo I - Termo de Referência;

18.1.2 . Anexo II - Modelo de Proposta;

18.1.3. Anexo III – Carta de Credenciamento;

18.1.4. Anexo IV – Declaração de Elaboração Independente de Propostas;

18.1.5. Anexo V - Declarações de Regularidade – Habilitação;

18.1.6. Anexo VI - Declaração de Micro Empresa;

18.1.7. Anexo VII - Minuta de Contrato.

18.2. No ato do recebimento do “Caderno de Licitação” deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

Ibiara – PB, 20 de Julho de 2021.

SEBASTIÃO BATISTA PALITO
Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021

1-Introdução e base legal

A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002, bem como, Decreto Municipal nº 004, de 23 de março de 2009.

2- Do Objeto

Contratação de empresa para a contratação de mão de obra (oficina mecânica) para conserto de veículos em geral, aos veículos pertencentes ao município, aos locados ou a disposição do município de Ibiara - PB, conforme especificações constantes no Edital, os quais são partes integrantes dos mesmos.

LOTE I – VEÍCULOS LEVES

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEICULOS/SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	VALOR HORA	TOTAL HORA
01	FORD/KA MOTOR 1.0 PLACA: QSA1167/PB, COR BRANCA, ALCO/GASOL ANO 2018/2018	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
02	FIORINO AMBULANCIA MOTOR 1.6PLACA: QFD-8I32/PB COR BRANCO, COMBUSTÍVEL FLEX, ANO 2021/2021	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
03	FIAT MOBI LIKE MOTOR 1.0 PLACA: QFW-2488/PB COR VERMELHO, COMBUSTÍVEL FLEX, ANO 2016/2017.	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
04	VW/GOL	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00

	MOTOR 1.0 PLACA: QFP:9663/PB COR BRANCO, COMBUSTÍVEL FLEX, ANO 2017/2018				
05	JEEP RENEGADE SPORT MT MOTOR PLACA:QFO- 8337/PB COR BRANCO, COMBUSTÍVEL FLEX, ANO 2016/2016	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
06	CHEV/SPIN MOTOR 1.8 MT LTZ PLACA QSB3826/PB ALCO/GASOL ANO 2018/2018	HORA	120	R\$ 90,00	R\$ 10.800,00
07	FIAT PALIO 2014/2015 PLACA: QFE 4H48 COR: PRATA	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
08	FORD KA SEDAN 2019/2021 PLACA: QSL 2A89/PB COR: BRANCO	HORA	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
TOTAL:					R\$ 73.800,00

LOTE II - VEÍCULOS MÉDIO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEICULOS	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	VALOR HORA	TOTAL HORA
01	ÔNIBUSVW/15.190 EOD 186CV PLACA: NQE-4761/PB ANO 2013/2014 ÔNIBUS GRANDE	HORA	190	R\$ 130,00	R\$ 24.700,00
02	ÔNIBUSM/BENZ 1519 185CV PLACA: OXO-3760/PB ANO 2013/2014 ÔNIBUS GRANDE	HORA	190	R\$ 130,00	R\$ 24.700,00
03	ÔNIBUSVW/NEOBUS 8.160 160 CV PLACA: QFF 9253/PB	HORA	190	R\$ 130,00	24.700,00

	ÔNIBUS PEQUENO				
04	ÔNIBUSM/BENS MARCOPOLO 115 CV PLACA: NPR-6933/PB ANO 2009/2009 ÔNIBUS PEQUENO	HORA	190	R\$130,00	24.700,00
05	ÔNIBUSVOLARE V8L 152CV PLACA: OGA-9660/PB ANO 2012/2013 ÔNIBUS PEQUENO	HORA	190	R\$ 130,00	R\$ 24.700,00
06	CAMINHÃO BASCULHANTE VW/26.280 CRM 6X4 PLACA: NQE-6701/PB ANO 2013/2014	HORA	180	R\$ 160,00	R\$ 28.800,00
07	CAMINHÃO PIPA M/BENZ ATRON 2729 PLACA: OXO-0049/PB	HORA	180	R\$ 160,00	R\$ 28.800,00
08	TOIOTA HILUX CD 4X4 SRV PLACA: OEX-9683/PB ANO 2013/2013	HORA	120	R\$ 160,00	R\$ 18.000,00
09	ESP/CAMINHÃO/AMBULANCIA PLACA QSE 3498/PB COMBUSTIVEL DIESEL ANO 2018/2019	HORA	150	R\$ 160,00	24.000,00
TOTAL:					R\$ 223.100,00

3 - Das Obrigações da Contratada

- 3.1. Responsabilizar-se por todas as despesas e providências que tornem necessário ao cumprimento do presente contrato.
- 3.2. Responsabilizar-se pôr todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, civis, e criminais, resultantes da execução do contrato, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos.
- 3.3. Fornecer os serviços do objeto conforme o anexo do edital e em conformidade com o especificado na carta postosta.
- 3.4. Arcar com os eventuais prejuízos á CONTRATANTE e/ou terceiros.

4-Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

5-Forma de Pagamento e entrega

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente a contratada, através de transferência bancaria, mediante nota fiscal e recibo, na Tesouraria Geral da Prefeitura de Ibiara, até o trigésimo dia do mês subsequente..

6-Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

7 - Fiscalização do Contrato

A fiscalização do contrato será exercida pela Secretario solicitante ou designação pelo ordenador de despesas.

8 – Valor Estimado

O presente certame fica estimado no valor de **R\$ 296.900,00 (duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais)**, conforme pesquisa de preços.

SEBASTIÃO BATISTA PALITO
Pregoeiro

**Anexo II
MODELO DA PROPOSTA**

PREGÃO PRESENCIAL nº 00024/2021

Dados da empresa:

Razão Social _____

CNPJ (MF) nº _____

Inscrição Estadual nº _____

Endereço _____

Fone _____ **Fax** _____

CEP _____ **Cidade** _____ **Estado** _____

BANCO _____ **AGÊNCIA** _____ **C/ CORRENTE** _____

Em atendimento ao solicitado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021, informamos a seguir os nossos preços para a contratação de mão de obra (oficina mecânica) para conserto de veículos em geral, aos veículos pertencentes ao município, aos locados ou a disposição do município de Ibiara - PB, conforme especificações do Edital.

Item	Descrição	Unid	Quant.	R\$ Unit	R\$ Total
1	Descrição conforme termo de referencia				
2					

Valor Global da Proposta:

Validade da proposta:

Forma de pagamento:

Cidade – UF, ____ de ____ de 2021

Carimbo e assinatura do Responsável Legal

(usar papel timbrado da empresa)

ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ibiara
Ibiara - Estado da Paraíba

Senhor Pregoeiro,

Pela _____ presente, designamos o Sr.(a)

portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, expedida pela SSP do Estado de _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão nº 00024/2021, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Cidade – UF, ____ de ____ de 2021

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante

Anexo IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital do Pregão Presencial nº 000024/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00024/2021 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00024/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 00024/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 000024/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00024/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00024/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00024/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Presencial nº 00024/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou

recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Ibiara, antes da abertura oficial das postostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA

Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:

AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.

ANEXO V - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021

MODELOS DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA – PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º,
Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, Declara em conformidade com o disposto no Art. 4º,
Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos
de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame
acima indicado.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DO
LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

Anexo VI

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

(MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 00024/2021, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

(Assinatura do Contador)

**ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE
SERVIÇOS**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
SERVIÇOS QUE CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBIARA-PB E A EMPRESA
....., NA FORMA
ABAIXO :**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA-PB**, Estado da Paraíba, CNPJ de nº 08.943.268/0001-79, com endereço na Rua Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional, o Sr. FRANCISCO NENIVALDO DE SOUSA, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, cadastrada no CNPJ de nº, com endereço,, bairro, na Cidade....., Estado, vencedora do certame PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2021, neste ato representado por, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato de fornecimento de serviços, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas regulamentações e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto para a contratação de mão de obra (oficina mecânica) para conserto de veículos em geral, aos veículos pertencentes ao município, aos locados ou a disposição do município de Ibiara - PB, conforme as quantidades descritas no edital, Proc. Pregão Presencial Nº 00024/2021.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO.

O presente Contrato sujeitar-se-á as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, cujas disposições legais serão aplicadas supletivamente às cláusulas nele contidas.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

O fornecimento dos serviços, objeto deste contrato, será feita a partir da data de assinatura da Ordem de Serviços, carimbada e assinada pelas partes.

A licitante fornecerá os serviços, objeto deste contrato, com as características e valor constados na proposta de preços. Será devolvido o produto que esteja em desconformidade com as especificações da proposta de preço da contratada.

Os danos que por ventura forem constatados a frota do município, motivados pelo uso dos serviços fornecidos pela Contratada ou pela sua distribuidora, serão por elas sanados, podendo responder pelos atos, civil e criminal, sendo aqueles provocados.

CLAUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

O valor total do presente contrato fica estimado em R\$
(.....).

SUBCLAUSULA ÚNICA: Os preços serão firmes e irrevogáveis.

CLAUSULA QUINTA-DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento relativo ao fornecimento dos serviços, objeto deste contrato, será efetuado à Contratada até o trigésimo dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de nota fiscal e recibo.

CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta de recursos destinados na Lei Orçamentária do Município CONTRATANTE para o exercício financeiro de 2021, quais sejam: 02.000 – 04.122.1002.2003; 03.000 – 04.122.1003.2005; 04.000 – 04.123.1006.2008; 05.000 – 15.452.1007.2011; 06.000 – 12.361.1010.2021, 12.361.1010.2023; 07.001 – 10.301.1011.2031, 10.301.1011.2041, 08.001 – 08.244.1012.2049; 09.000 – 20.606.1014.2060; 10.000 – 13.392.1015.1054 - 3.3.90.30. Os recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação Orçamentária vigente.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida, defesa prévia, aplicar a CONTRATADA, segundo a extensão da falta praticada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Pelo atraso injustificado no fornecimento dos Serviços, ficará a Contratada sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação, por hora de atraso e penalidades expressas no edital.

Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Aplicadas as multas, após processo administrativo, a Administração poderá descontar do pagamento que fizer à Contratada.

A aplicação de multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Quando a contratada não cumprir com as obrigações deste contrato, mediante solicitação por duas vezes por esta administração, a contratada será declarada como inidônea para contratar com esta administração e suspenso o direito de participar em licitações, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

CLAUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O Contrato vigorará a contar da data de sua assinatura pelas partes, e termino dia 31 (trinta e um) de Dezembro de 2021.

Ao termino previsto deste contrato, a administração poderá prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, mediante termo aditivo, em comum acordo entre as partes.

CLAUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado, por meio de aditivo, convindo às partes para isso, devendo sempre observar os privilégios que gozam a administração pública.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais aqui estabelecidas, única e exclusivamente pela forma judicial ou pela forma amigável, na medida em que ficar constatada a inobservância de qualquer das cláusulas deste instrumento.

SUBCLAUSULA ÚNICA - Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato as situações previstas nos incisos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição - PB, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas, não obstante idoneidade e sinceridade de propósito de ambas as partes.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em duas vias, de igual teor e forma, cujo extrato será publicado no órgão de publicação oficial do Município, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo mencionadas.

Ibiara - PB, de de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA
FRANCISCO NENIVALDO DE SOUSA
Prefeito Constitucional
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Devidamente examinado e aprovado nos termos do Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.